



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003607-37.2015.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Análise da possibilidade de prorrogação e reajuste - Contrato 2/2016 - Prestação de Serviços de vigilância eletrônica, com sistema de monitoramento 24 horas – Edifícios da Justiça Eleitoral no Estado de Rondônia - Contratada: VILMAR GOMES SANDIM - ME - **Análise de Minuta 2º Termo Aditivo.**

**PARECER JURÍDICO Nº 0390463 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual este Tribunal firmara o Contrato n. 02/2016 ([0074046](#)) com a empresa VILMAR GOMES SANDIM, CNPJ nº 17.772.398/0001-87, para prestação do serviço de vigilância eletrônica, com sistema de monitoramento, 24 horas por dia, conectado via rede telefônica, com segunda via de comunicação por tecnologia de radiofrequência ou GPRS (*General Packet Radio Service*), nos prédios do Centro de Memória da Capital e no Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim.

**02.** O interesse da prorrogação veio aos autos por meio de e-mails da Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG ([0384976](#)) à representante da Contratada, no qual informa que o término da vigência do Contrato n. 2/2016 dar-se-á em **22/2/2019**, solicitando manifestação expressa quanto ao interesse na prorrogação por mais 12 (doze) meses, nos termos e condições já pactuados.

**03.** Por meio também de e-mail, a contratada manifestou-se favoravelmente à prorrogação do contrato e, por seu representante legal, postula nos autos reajuste no percentual de 7,55% (sete inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) com base no índice IGP-M acumulado nos últimos doze meses, nos termos da cláusula vigésima primeira **do ajuste** ([0384982](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** Mediante a Informação nº 340 ([0384985](#)), a unidade gestora se **manifestou favorável à prorrogação**, apresentando memória de cálculo do período a ser prorrogado e informando que será necessário o reforço da Nota de Empenho n. 2019NE000050, no valor de **R\$ 18.585,18 (dezoito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos)**, para custeio da despesa no exercício de 2019.

**05.** Atesta ainda a unidade gestora que o reajuste pleiteado pela contratada, com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M refere-se ao índice acumulado no período de 12 (doze) meses com base em Dezembro de 2018 no percentual de **7,5521% (sete virgula cinco, cinco, dois, um por cento)**, de acordo com o site <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>;

**06.** Por determinação do titular da Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade ([0385257](#)), os autos foram direcionados a COFC para a necessária programação orçamentária e à SECONT para juntada da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 2/2016.

**07.** Na sequência a COFC apresenta nos autos a programação orçamentária no valor de R\$ 18.585,18 (**dezoito mil quinhentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos**), como também informa a disponibilidade orçamentária da pretendida despesa ([0385493](#)) e também dá ciência nos autos do necessário remanejamento orçamentário temporário de despesa entre vigilância armada (AIEF VIGOST) e vigilância eletrônica (AIEF VIGELE), eventos [0387175](#) e [0387176](#).

**08.** Complementando a instrução dos autos, a Coordenadora da COSEG registra dois fatos incidentes durante a contratação e que merecem reparos, são ele: 1º alteração na forma de faturamento dos serviços e, 2º retificação de reajuste anteriormente aplicado.

**09.** Por sua vez a Seção de Contratos procede a juntada aos autos da minuta do segundo termo aditivo ao Contrato nº 02/2016 (evento [0390426](#)).

**10.** Assim instruídos, e os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.1 DO REAJUSTE**

**11.** A pretensão da contratada tem amparo no **Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no próprio ajuste administrativo. Veja-se:

#### **Lei nº 8.666/93**

**Art. 55.** São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...) III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

#### **Contrato nº 02/2016**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - Os preços unitários estabelecidos para a prestação dos serviços, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado em 12 (doze) meses.

**12.** A Solicitação nº [0388826](#) - PRES/DG/SAOFC/COSEG traz aos autos a notícia de que na última concessão de reajuste da contratação em comento foi adotado indevidamente como marco inicial o mês de assinatura do Contrato para apuração do índice de correção IGP-M, provocando uma diferença nos valores da contratação, conforme Tabela Analítica apresentada no corpo da solicitação.

**13.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, assim orienta:

“Faca constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei no 8.666/1993.”

**14.** Portanto andou bem a unidade COSEG, haja visto que subsiste o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, visto que o reajustamento previsto configura-se em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Igualmente nesse sentido:

#### **Acórdão 73/2010 Plenário**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços.

### **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)**

#### **Decisão TCU n. 425/2002 – PLENÁRIO:**

**13.2** É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

**13.4** Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

**8.2.** determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

**b)** na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n.º 8.666/93;

**15.** De se ver que o caso ora em análise trata-se de reajuste tarifário aplicado através do IGP-M, previsto em cláusula contratual a fim de repor perdas inflacionárias. Desta forma esta Assessoria com fundamento na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato nº 02/2016, Acórdãos TCU e, ainda considerando haver nos autos a comprovação do suporte orçamentário aos reajustes, **opina pelo seu deferimento.**

## **2.2 DA PRORROGAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**16.** Inicialmente, faz-se mister destacar que o Contrato ventilado **terminará** sua vigência em **23/02/2019**.

**17.** Pois bem. Conforme relatado, na Informação nº 340 ([0384985](#)), o Coordenador de Serviços Gerais em substituição, registrou a necessidade de prorrogação, por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviços de vigilância eletrônica, firmado entre este Tribunal e a empresa VILMAR GOMES SANDIM – ME.

**18.** Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

**19.** A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – a **prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (negritou-se).

**20.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à utilização dos imóveis. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: **vigilância**, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772). (Negritou-se)

**21.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de **23/2/2016**, com prazo de duração de 24 (vinte e quatro) meses, será prorrogado pela segunda vez, à conveniência da Administração, pelo período de 12 (doze) meses. A proposta de prorrogação por somente 12 meses deve-se à pretensão de posteriormente deflagrar novo processo licitatório para abrangência dos serviços em todas as unidades da Justiça Eleitoral para o ano de 2019.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**22.** No tocante a necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Jessé Torres Pereira Júnior (2007, p. 653-654) afirma que a vedação de estender o pacto por tempo inferior ao originalmente acordado é uma medida antieconômica, pois a Administração, no mínimo, dever poder prorrogar por período suficiente até a conclusão de licitação para celebrar novo contrato.

**23.** A corroborar com entendimento acima, Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é **negativa**, mesmo que o texto aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático. (negritou-se).

**24.** Tais posicionamentos também constam em decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

**9.** Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original**. Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato. Então, nesse aspecto, **não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses**. (negritou-se)

**25.** Por fim, vale mencionar a Orientação Normativa AGU n. 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE**. (grifou-se)

**26.** Como se observa, no caso em tela, a prorrogação pretendida atende perfeitamente as necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular. Além de ser desarrazoável dilatar o referido prazo contratual por mais 24 (vinte quatro) meses, pois o íterim pretendido é o suficiente para deflagrar uma nova





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação com abrangência em todas as unidades desta Justiça Especializada para o ano de 2019.

**27.** Ademais, ressalta-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **não foi superado**, pois se trata da segunda prorrogação de 12 meses ao Contrato n. 02/2016 com prazo de vigência original em 24 meses, perfazendo, portanto, o prazo total de **48 (quarenta e oito) meses**.

**28.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a Administração**.

**29.** Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, referida aferição deve ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**:

### **Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**30.** Contudo, em profunda análise do tema, o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional **alterou seu tradicional entendimento**, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

### **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:**

**9.1.17** a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

**9.1.17.1** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.1.17.2** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

**9.1.17.3** no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negritou-se)

**31.** O contrato em análise atende a condição jurisprudencial acima citada, posto que sua Cláusula Vigésima Primeira prevê o reajuste do valor contratado, utilizando a variação do Índice Geral de Preço do Mercado – IGPM, mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

**32.** Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

### **2.3 DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**33.** Ressalte-se que o Contrato nº 02/2016 estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 1.900,00** (mil e novecentos reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

**34.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA Nº 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**35.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. **8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)

**36.** Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0390426](#).

### **III - ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**37.** Por celeridade, juntou-se aos autos minuta do 2º Termo Aditivo ([0390426](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

**38.** Com relação ao seu conteúdo, o aludido documento abarca, além da prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses a contar de 24/02/2019, o registro de todos os reajustes ajustados devidamente na ordem cronológica de suas aplicações.

**39.** Este ainda relata que o valor da prorrogação pretendida é de R\$ 21.309,00 (vinte e um mil trezentos e nove reais). Segundo a COSEG em sua Solicitação ([0388826](#)), para a prorrogação pretendida há necessidade de reforço no valor de **R\$ 17.719,28 (dezesete mil setecentos e dezenove reais e vinte oito centavos)** da nota de empenho 2019NE000050 [0384756](#), para custeio da despesa no exercício de 2019, sendo que a programação orçamentária aponta um valor acima, garantindo a possibilidade da prorrogação e dos reajustes.

**40.** Destarte, a Minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2016 está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV – CONCLUSÃO**

**41. Por todo o exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, opina esta Assessoria Jurídica:

a) pelo deferimento do reajuste pretendido, com fundamento na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA do Contrato n. 002/2016 e artigo 55, III da Lei 8.666/93 ([0074046](#)) e,

b) pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da garantia, com fundamento na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato nº 02/2016, posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, **demonstrada a disponibilidade orçamentária para cobrir a despesa (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93).**

**44.** Por fim, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos (evento [0390426](#)).

**45.** Ressalte-se, por relevante, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores e cálculos decorrentes dos atos registrados, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

Sob vênia, é o parecer.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 08/02/2019, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003607-37.2015.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise da possibilidade de prorrogação e reajuste - Contrato 2/2016

**DECISÃO Nº 86 / 2019 - PRES/ASSPRES**

Vistos.

Instaurados os autos em tela e concluídas todas as etapas de regular processo licitatório, foi formalizado o **Contrato n. 02/2016 (0074046)** com a empresa **VILMAR GOMES SANDIM**, tendo como objeto a prestação do serviço de vigilância eletrônica, com sistema de monitoramento, 24 horas por dia, nos prédios do Centro de Memória da Capital e no Fórum Eleitoral de Guajará-Mirim.

O término da vigência da referida contratação dar-se-á em **23/02/2019**, com possibilidade de prorrogação, conforme disposto na Cláusula Décima Terceira do contrato ([0074046](#)). Assim, verificando a aproximação do término da vigência do referido contrato, a COSEG consultou o representante da empresa acerca do interesse na prorrogação, por mais 12 (doze) meses, ou seja, pelo período de **24/02/2019 a 23/02/2020**, nos termos e condições pactuados ([0384976](#)). Em resposta, a contratada manifestou sua anuência com a prorrogação do contrato, conforme Ofício n. 007/2019 ([0384982](#)).

O exame dos autos revela que a contratada solicitou o **reajuste do contrato**, nos termos da **Cláusula Vigésima Primeira** do Contrato n. 02/2016 ([0074046](#)), no percentual de **7,5521%** (sete inteiros e cinco mil e quinhentos e vinte e um décimos de milésimo por cento) com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acumulado no período de 12 (doze) meses divulgado no mês de referência de **dezembro/2018**.

O valor de referência para a prorrogação ora requerida é de **R\$ 21.116,25** (Vinte um mil, cento e dezesseis reais e vinte cinco centavos), com valor de reajuste de R\$ 1.482,74 (mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta quatro centavos). Ainda nesse aspecto, foi registrado o reforço na Nota de Empenho no valor de R\$ 17.719,28 (dezessete mil setecentos e dezenove reais e vinte oito centavos).

Por meio da Manifestação n. 266 ([0390881](#)), a SAOFC noticia que é **devido à contratada** o valor de **R\$200,03** (duzentos reais e três centavos), referente a diferença de valores não pagos no exercício de 2017, devido a aplicação indevida do percentual de reajuste no valor de 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis décimos por cento), ao invés do percentual de **7,5521%** (sete inteiros e cinco mil e quinhentos e vinte e um



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

décimos de milésimo por cento) com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acumulado no período de 12 (doze) meses divulgado no mês de referência de **dezembro/2018**, com efeitos financeiros a partir de **23/02/2017 até 22/02/2018**, formalizado na Apostila n. 01/2017 ao Contrato n. 02/2016.

Notícia, também, que desse valor **deve ser descontado** a quantia de **R\$7,29** (sete reais e vinte e nove centavos) em decorrência da aplicação do percentual de **-0,5326%** (cinco mil e trezentos e vinte e seis décimos de milésimo por cento negativos) com base no IGP-M acumulado no mês de referência de **dezembro/2017**, com efeitos financeiros a partir de **23/02/2018 a 22/02/2019**, que trata do 2º (segundo) reajuste contratual não aplicado no exercício de 2018.

Arrematando suas considerações, a SAOFC registra que deve ser **reconhecida a dívida de exercício anterior no montante de R\$192,75** (cento e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), em favor da empresa VILMAR GOMES SANDIM.

A análise jurídica do caso foi realizada pela AJDG ([0390463](#)), SAOFC ([0390881](#)) e Diretoria-Geral ([0391739](#)), todas concluindo pela possibilidade de prorrogação contratual e concessão de reajuste.

Ante as informações coligidas, considerando os estudos jurídicos realizados pelas unidades previamente ouvidas, **DECIDO**:

**I) Autorizar a prorrogação dos prazos de vigência do Contrato n. 02/2016** ([0074046](#)), por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 24/02/2019, com fundamento no Inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima Terceira do Contrato 02/2016 e nos termos da minuta de Termo Aditivo n. 02/2019 ([0390426](#));

**II) Determinar retificação do índice de reajuste do valor do contrato**, formalizado na Apostila n. 01/2017 ([0176710](#)), no percentual de **7,1907%** (sete inteiros e mil e novecentos e sete décimos de milésimo por cento) com base no IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, divulgado no mês de referência de **dezembro/2016**, com efeitos financeiros a partir de **23/02/2017 até 22/02/2018**;

**III) Determinar a aplicação do índice de reajuste no valor do contrato atualizado a partir de 23/02/2017**, no percentual de **-0,5326%** (cinco mil e trezentos e vinte e seis



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

décimos de milésimo por cento negativos) com base no IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, divulgado no mês de referência de **dezembro/2017**, com efeitos financeiros a partir de **23/02/2018 a 22/02/2019**;

**IV) Autorizar o reconhecimento de dívida no valor de R\$192,75** (cento e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), com fulcro no [art. 37 da Lei n. 4.320/64](#), em decorrência da diferença de valores não pagos no período de 23/02/2017 até 22/02/2018, ante a correção do percentual de reajuste da Apostila n. 01/2017 ao Contrato n. 02/2016 ([0176710](#)), de 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis décimos por cento) para 7,1907% (sete inteiros e mil e novecentos e sete décimos de milésimo por cento), conforme demonstrado na tabela analítica constante no evento n. [0388826](#) e **publicação do ato de reconhecimento de dívida** no Diário de Justiça Eletrônico (DJE);

**V) Determinar o reforço da Nota de Empenho n. 2019NE000500 ([0384756](#))** no valor de **R\$ 17.719,28 (dezessete mil setecentos e dezenove reais e vinte oito centavos)** para custeio da despesa no exercício de 2019;

**VI) Determinar a notificação da contratada para apresentar nova garantia contratual** no valor de **R\$ 1.065,45** (um mil sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correspondente à 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do segundo termo aditivo**, nos termos da Cláusula Décima Quinta do Contrato Administrativo n. 002/2016; e

**VII) Determinar a realização de verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À Diretoria-Geral e SAOFC, para ciência e adoção das providências necessárias ao cumprimento desta Decisão.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, fevereiro de 2019.

**Desembargador Sansão Saldanha, Presidente**

---

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 19/02/2019, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO 02/2016.**

**TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 02/2016**

**PROCESSO SEI N. 0003607-37.2015.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2015**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 02/2016, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA VILMAR GOMES SANDIM - ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA EM PRÉDIOS OCUPADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL NO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **VILMAR GOMES SANDIM - ME**, inscrita no CNPJ sob o n. 17.772.398/0001-87,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecida na Rua Cristóvão Alvares, n. 079, Bairro Buriti, CEP: 79.091-080, Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, Telefones: (67) 3385-5493, 98427-7375 e 99283-1265, E-mail: [bruno.msseguranca@gmail.com](mailto:bruno.msseguranca@gmail.com), neste ato representada pelo Senhor **BRUNO CASTRO SANDIM**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n. 01337463 - SSP/MS e CPF n. 733.172.501-78, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 86/2019/ASSPRES, de 19/02/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

- 1) Alterar a Apostila n. 1 do Contrato nº 02/2016, a fim de corrigir o 1º reajuste ao contrato 02/2016 para o percentual de 7,1907%** (sete inteiros e mil e novecentos e sete décimos de milésimo por cento), decorrente da variação positiva dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2016, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2017, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento, devendo ser desconsiderados os valores e percentuais anteriormente indicados na mencionada Apostila;
- 2) Registrar o 2º reajuste ao contrato 02/2016 no percentual negativo de -0,5326%** (cinco mil e trezentos e vinte e seis décimos de milésimo por cento negativos), decorrente da variação negativa dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2017, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2018, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento;
- 3) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 02/2016 por mais 12 (doze) meses, a contar de 24/02/2019 a 23/02/2020; e**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4) Registrar o 3º reajuste ao contrato 02/2016 no percentual positivo de 7,5521%** (sete inteiros e cinco mil e quinhentos e vinte e um décimos de milésimo por cento), decorrente da variação positiva dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2018, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2019, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 21.309,00** (Vinte e um mil e trezentos e nove reais), correspondente ao somatório das despesas com a prorrogação e com os reajustes corrigidos e concedidos por meio deste aditivo, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento, a seguir resumido:

<b>CÁLCULO DO VALOR DO TERMO ADITIVO</b>	
Valor da 2ª Prorrogação por 12 meses (Cláusula Primeira, item 4, deste Aditivo), já incluído o 3º Reajuste (Cláusula Primeira, item 3, deste Aditivo)	R\$ 21.116,25
Diferença em razão da correção e da concessão de reajustes anteriores	R\$ 192,75
<b>VALOR TOTAL DESTE TERMO ADITIVO</b>	<b>R\$ 21.309,00</b>

FONTE: Solicitação COSEG inserida no evento 0388826 do Processo Administrativo SEI respectivo.

**Subcláusula única** - As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO 02122057020GP0011, NATUREZAS DA DESPESA 339039-77 e 339092-39, conforme Notas de Empenho 2019NE000201 e 2019NE000202, ambas de 21/02/2019.

**DA GARANTIA**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Em decorrência dos reajustes e da prorrogação detalhados na Cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis contados da assinatura deste instrumento, prorrogação da garantia contratual no valor de R\$ 1.065,45** (Mil e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste aditivo, observadas todas as condições e prazos constantes no contrato inicial (Cláusula Décima Quinta) e na legislação referida (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93).

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 02/2016 (Prorrogação), bem como com fundamento no art. 55, III, da Lei 8666/93 e na Cláusula Vigésima Primeira do contrato originário (Reajustes).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 21 de fevereiro de 2019.

<b>Desembargador SANSÃO SALDANHA</b> Pelo Contratante	<b>BRUNO CASTRO SANDIM</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 02/2016/TRE-RO**

TABELA ANALÍTICA					
Mês	Pago	Índice	Correção	Corrigido	Diferença
março-16	1.171,00				
abril-16	1.534,53				
maio-16	1.534,53				
junho-16	1.534,53				
julho-16	1.534,53				

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

agosto-16	1.534,53				
setembro-16	1.534,53				
outubro-16	1.534,53				
novembro-16	1.534,53				
dezembro-16	1.534,53				
janeiro-17	1.534,53				
<b>FEVEREIRO-17</b>	<b>1.534,53</b>	<b>7,1907%</b>	<b>110,34</b>	<b>1.644,87</b>	<b>110,34</b>
março-17	1.636,72			1.644,87	8,15
abril-17	1.636,72			1.644,87	8,15
maio-17	1.636,72			1.644,87	8,15
junho-17	1.636,72			1.644,87	8,15
julho-17	1.636,72			1.644,87	8,15
agosto-17	1.636,72			1.644,87	8,15
setembro-17	1.636,72			1.644,87	8,15
outubro-17	1.636,72			1.644,87	8,15
novembro-17	1.636,72			1.644,87	8,15
dezembro-17	1.636,72			1.644,87	8,15
janeiro-18	1.636,72			1.644,87	8,15
<b>FEVEREIRO-18</b>	<b>1.636,72</b>	<b>-0,5326%</b>	<b>-8,76</b>	<b>1.636,11</b>	<b>-0,61</b>
março-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
abril-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
maio-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
junho-18	1.636,72			1.636,11	-0,61

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

julho-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
agosto-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
setembro-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
outubro-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
novembro-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
dezembro-18	1.636,72			1.636,11	-0,61
janeiro-19	1.636,72			1.636,11	-0,61
<b>FEVEREIRO-19</b>	<b>1.636,72</b>	<b>7,5521%</b>	<b>123,56</b>	<b>1.759,67</b>	<b>192,75</b>

Nota: Dados extraídos dos autos processo sei nº [0000763-80.2016.6.22.8000](http://www.portalbrasil.net/igpm.htm) e site <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

**ANEXO II DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 02/2016/TRE-RO**

<b>Memória de cálculo do valor inicial contratado, dos reajustes propostos e prorrogações contratuais.</b>		
<b>Detalhamento</b>		<b>Mensal</b>
Contrato 02/2016	38.000,00	
Serv. Instalação (parcela única)	1.171,00	
Serv. Monitoramento (24 meses)	36.829,00	
<b>Valor Anual inicial (12 meses)</b>	<b>18.414,50</b>	<b>1.534,54</b>
Índice 1º Reajuste - IGPM acumul dez/16	7,1907%	
Valor 1º Reajuste	1.324,13 (-1.265,40 indicado anteriormente)	
<b>Valor Reajustado (1º reajuste)</b>	<b>19.738,63</b>	<b>1.644,89</b>
Índice 2º Reajuste - IGPM acumul	-0,5326%	





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dez/17		
Valor 2º Reajuste	-105,13	
<b>Valor Reajustado (2º reajuste)</b>	<b>19.633,50</b>	<b>1.636,13</b>
<b>Cálculo do Valor para Prorrogação por 12 (doze) meses</b>		
Índice 3º Reajuste - IGPM acuml dez/18	7,5521%	
Valor 3º Reajuste	1.482,74	
<b>Valor Reajustado (3º reajuste)</b>	<b>21.116,25</b>	<b>1.759,69</b>

FONTE: Solicitação COSEG inserida no evento 0388826 do Processo Administrativo SEI respectivo.

**ANEXO III DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO  
02/2016/TRE-RO**

**ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M**

**(Fundação Getúlio Vargas - FGV)**

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
<b>Jan/2019</b>	0,01	0,0100	6,7516	1.702,9690
<b>DEZ/2018</b>	<b>-1,08</b>	<b>7,5521</b>	<b>7,5521</b>	<b>1.702,7987</b>
<b>Nov/2018</b>	-0,49	8,7264	9,6940	1.721,3897
<b>Out/2018</b>	0,89	9,2618	10,8074	1.729,8660
<b>Set/2018</b>	1,52	8,2979	10,0496	1.714,6060
<b>Ago/2018</b>	0,70	6,6764	8,9114	1.688,9342
<b>Jul/2018</b>	0,51	5,9349	8,2624	1.677,1938

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Jun/2018</b>	1,87	5,3974	6,9376	1.668,6835
<b>Mai/2018</b>	1,38	3,4626	4,2712	1.638,0519
<b>Abr/2018</b>	0,57	2,0542	1,8953	1.615,7545
<b>Mar/2018</b>	0,64	1,4758	0,2033	1.606,5969
<b>Fev/2018</b>	0,07	0,8305	-0,4239	1.596,3801
<b>Jan/2018</b>	0,76	0,7600	-0,4140	1.595,2634
<b>DEZ/2017</b>	<b>0,89</b>	<b>-0,5326</b>	<b>-0,5326</b>	<b>1.583,2308</b>
<b>Nov/2017</b>	0,52	-1,4100	-0,8777	1.569,2643
<b>Out/2017</b>	0,20	-1,9201	-1,4200	1.561,1463
<b>Set/2017</b>	0,47	-2,1158	-1,4594	1.558,0302
<b>Ago/2017</b>	0,10	-2,5737	-1,7242	1.550,7417
<b>Jul/2017</b>	-0,72	-2,6711	-1,6751	1.549,1925
<b>Jun/2017</b>	-0,67	-1,9652	-0,7837	1.560,4276
<b>Mai/2017</b>	-0,93	-1,3039	1,5736	1.570,9530
<b>Abr/2017</b>	-1,10	-0,3775	3,3678	1.585,7000
<b>Mar/2017</b>	0,01	0,7306	4,8624	1.603,3367
<b>Fev/2017</b>	0,08	0,7205	5,3866	1.603,1764
<b>Jan/2017</b>	0,64	0,6400	6,6608	1.601,8949
<b>DEZ/2016</b>	<b>0,54</b>	<b>7,1907</b>	<b>7,1907</b>	<b>1.591,7080</b>
<b>Nov/2016</b>	-0,03	6,6150	7,1374	1.583,1589
<b>Out/2016</b>	0,16	6,6470	8,7985	1.583,6340
<b>Set/2016</b>	0,20	6,4766	10,6777	1.581,1042
<b>Ago/2016</b>	0,15	6,2641	11,5062	1.577,9483

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Jul/2016</b>	0,18	6,1049	11,6509	1.575,5850
<b>Jun/2016</b>	1,69	5,9143	12,2193	1.572,7540
<b>Mai/2016</b>	0,82	4,1541	11,0937	1.546,6162
<b>Abr/2016</b>	0,33	3,3070	10,6419	1.534,0371
<b>Mar/2016</b>	0,51	2,9672	11,5682	1.528,9914
<b>Fev/2016</b>	1,29	2,4447	12,0900	1.521,2331
<b>Jan/2016</b>	1,14	1,1400	10,9612	1.501,8591
<b>Dez/2015</b>	0,49	10,5443	10,5443	1.484,9309

Fonte: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>**ANEXO IV DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 02/2016/TRE-RO**

<b>HISTÓRICO DO CONTRATO 02/2016 (CONSIDERANDO AS CORREÇÕES E A ORDEM CRONOLÓGICA DEVIDA)</b>			
<b>CONTRATO INICIAL E SUAS ALTERAÇÕES</b>	<b>VALOR</b>	<b>INÍCIO DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>GARANTIA EXIGIDA</b>
Contrato inicial por 24 meses	R\$ 38.000,00	23/02/2016	R\$ 1.900,00
1º Reajuste de 7,1907% (Cláusula Primeira, item 1, deste Aditivo e 1ª Apostila)	R\$ 1.324,13	23/02/2017	R\$ 66,21
2º Reajuste de - 0,5326% (Cláusula Primeira, item 2, deste Aditivo)	R\$ -105,13	23/02/2018	-
1ª Prorrogação por 12 meses (1º Termo	R\$ 20.265,36	23/02/2018	R\$ 1.013,27

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Aditivo)			
2ª Prorrogação por 12 meses (Cláusula Primeira, item 3, deste Aditivo)	R\$ 21.116,25	23/02/2019	R\$ 1.065,45
3º Reajuste de 7,5521% (Cláusula Primeira, item 4, deste Aditivo)	R\$ 1.482,74	23/02/2019	-

---

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, **Presidente**, em 21/02/2019, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CASTRO SANDIM**, **Usuário Externo**, em 22/02/2019, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 22/02/2019, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS**, **Auxiliar Administrativo(a)**, em 22/02/2019, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO n. 02/2016, assinado em 21/02/2019. Contratada: VILMAR GOMES SANDIM - ME, CNPJ n. 17.772.398/0001-87. Objetos: **I)** Alterar a Apostila n. 1 do Contrato nº 02/2016, a fim de corrigir o 1º reajuste ao contrato 02/2016 para o percentual de 7,1907% (sete inteiros e mil e novecentos e sete décimos de milésimo por cento), decorrente da variação positiva dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2016, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2017, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento, devendo ser desconsiderados os valores e percentuais anteriormente indicados na mencionada Apostila; **II)** Registrar o 2º reajuste ao contrato 02/2016 no percentual negativo de -0,5326% (cinco mil e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trezentos e vinte e seis décimos de milésimo por cento negativos), decorrente da variação negativa dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2017, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2018, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento; **III)** Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 02/2016 por mais 12 (doze) meses, a contar de 24/02/2019 a 23/02/2020; e **IV)** Registrar o 3º reajuste ao contrato 02/2016 no percentual positivo de 7,5521% (sete inteiros e cinco mil e quinhentos e vinte e um décimos de milésimo por cento), decorrente da variação positiva dos últimos 12 meses do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas - FGV aferida em dezembro de 2018, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 23/02/2019, nos termos detalhados nos Anexos I, II, III e IV deste instrumento. Valor total: R\$ 21.309,00. PROGRAMA DE TRABALHO 02122057020GP0011, NATUREZAS DA DESPESA 339039-77 e 339092-39, conforme Notas de Empenho 2019NE000201 e 2019NE000202, ambas de 21/02/2019. Fundamentação: 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 02/2016 (Prorrogação), bem como com fundamento no art. 55, III, da Lei 8666/93 e na Cláusula Vigésima Primeira do contrato originário (Reajustes). Ato de Autorização DECISÃO Nº 86/2019/ASSPRES, de 19/02/2019. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor BRUNO CASTRO SANDIM. Processo SEI n. 0003607-37.2015.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 22/02/2019, às 11:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 21Fev19 NUMERO: 2019NE000201 ESPECIE: REFORCO 2019NE000050  
 EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
 CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
 ENDERECO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL  
 MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 17772398/0001-87 - VILMAR GOMES SANDIM  
ENDEREÇO : DOMINGOS JORGE VELHO 168 VILA VILAS BOAS  
MUNICÍPIO : 9051 - CAMPO GRANDE UF: MS CEP: 79051-350  
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA REFORÇO DA NE 2019NE000050, CONFORME MANIFESTAÇÃO 289 DA DG (0391739), PRESIDÊNCIA (0393331) E DESPACHO 782 DA SAOFC (0393351) DO PROCESSO NR 0003607-37.2015.6.22.8000.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AIEF VIGELE  
TIPO : GLOBAL MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 00036073720156228000  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR REFORCO : 17.719,28  
DEZESSETE MIL, SETECENTOS E DEZENOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 77 -VIGILANCIA OSTENSIVA/MONITORAD

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	17.719,28
			VALOR DO SEQ. :	17.719,28

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, COM SISTEMA DE MONITORAMENTO, 24 HORAS POR DIA, CONECTADO VIA REDE TELEFÔNICA, COM SEGUNDA VIA DE COMUNICAÇÃO POR TECNOLOGIA DE RADIOFREQUÊNCIA OU GPRS (GENERAL PACKET RADIO SERVICE), NOS IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELIBITORAL EM PORTO VELHO E GUAJARA-MIRIM.

T O T A L : 17.719,28

**AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA** 40852164220

AUREA CRISTINA S O ARAGÃO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

irleda.maria@trero.ius.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO